

**Dever de diligência
empresarial pelo
respeito dos direitos
humanos e pela
proteção do ambiente**

**Para uma compra
responsável de mercadoria**



Mais para si.

**Sustentabilidade
no Lidl**



**A Caminho
do Amanhã.**



“Consideramos que o respeito pelos direitos humanos e a proteção do ambiente constituem uma obrigação fundamental dos Estados, da economia e de cada indivíduo.

Consideramos, também, que o nosso dever de diligência empresarial consiste num processo de desenvolvimento dinâmico. Como tal, procedemos à revisão regular e ao desenvolvimento contínuo da atual declaração de princípios.”



Índice

1. Prefácio	4
2. A nossa filosofia	5
3. Abordagem para a implementação dos deveres de diligência empresariais.....	8
3.1 Identificar riscos e oportunidades	9
3.2 Definir processos e diretrizes	12
3.3.1 Salários e rendimentos dignos	20
3.3.2 Fornecimento sustentável de cacau.....	23
3.3.3 Fornecimento sustentável de peixe	25
3.3.4 Bananas com Certificação Socioambiental.....	26
3.4 Melhorar	27
3.5 Comunicar resultados.....	28
4. Organização e responsabilidades	30

1. Prefácio

Para o Lidl, o respeito pelos direitos humanos e a proteção do ambiente são a base da atividade económica e, portanto, os pilares estratégicos de todo o negócio, principalmente na aquisição de mercadoria. Portanto, continuaremos focados na implementação de diligências sociais e ambientais em toda a nossa cadeia de valor.

Para isso é fundamental garantir a transparência. Assim, fornecemos atualizações regulares dos resultados e do progresso das nossas medidas no âmbito dos nossos relatórios de sustentabilidade. De forma a avaliar continuamente os riscos, estabelecemos uma análise de risco regular, o que nos permite que no futuro os riscos sejam determinados com mais precisão nas nossas cadeias de fornecimento e que as reações sejam proporcionais. Com base nisto e tendo em vista a dinâmica das questões sociais e ambientais nas compras, revemos continuamente as nossas medidas e desenvolvemos as mesmas de forma correspondente.

O diálogo com as nossas partes interessadas, como os nossos fornecedores, especialistas técnicos, organizações da sociedade civil e sindicatos, é uma ajuda essencial neste ponto. Para aumentar ainda mais a consciencialização sobre questões sociais e ambientais, continuaremos a promover formações regulares em conjunto com os nossos colaboradores e parceiros de negócios. Também estamos empenhados em expandir as parcerias e iniciativas existentes e entrar em novas colaborações.

Com as medidas e a nossa abordagem de gestão, queremos continuar a melhorar efetivamente as condições de vida dos nossos parceiros nas cadeias de fornecimento.

Esta declaração de princípios foi aprovada pela administração do Lidl Portugal.



Bruno Pereira
Administrador Compras Lidl Portugal

**Outras referências sobre
Responsabilidade Social Corporativa
(CSR)**
[https://institucional.lidl.pt/
responsabilidade-social](https://institucional.lidl.pt/responsabilidade-social)

Contacto:
Lidl & Cia
Rua Pé de Mouro, nº18, Linhó
2714-510 Sintra - Portugal

2. A nossa filosofia

Sendo uma das maiores empresas de comércio a retalho do mundo, o Lidl está a liderar o caminho da sustentabilidade para garantir os negócios do futuro. O planeta está a enfrentar enormes desafios e a proteção do ambiente e dos direitos humanos só se pode alcançar a nível global. Do ponto de vista ambiental, atualmente a humanidade está a viver acima dos recursos disponíveis. E duas em cada três pessoas que vivem em extrema pobreza ainda dependem do trabalho na agricultura. O Lidl quer ajudar a superar esses e outros desafios, implementar melhorias sustentáveis e alcançar soluções de longo prazo, tornando a nossa gama de produtos mais sustentável, mais justa e saudável.

Para definir o que sustentabilidade significa para o Lidl, elaboramos através de uma análise estratégica, a visão, a missão, e o foco, e desenvolvemos medidas concretas e vinculativas. Ao desenvolver esta estratégia, aconselhamo-nos não só internamente, mas também incluímos na análise as expectativas dos nossos clientes e da sociedade, e as prioridades das ONG, além de desenvolvimentos legais e conhecimento científico. Ao definir medidas, também temos em consideração o impacto que podemos obter ao projetar e influenciar as cadeias de fornecimento.

Desta forma, conseguimos identificar não só as áreas-chave relevantes para o nosso negócio como também os desafios atuais e futuros. Como resultado foram definidos os seguintes campos de ação centrais da estratégia de sustentabilidade para as compras do Lidl: as alterações climáticas, a água, a economia circular, os direitos humanos, as matérias-primas, a biodiversidade e os produtos responsáveis.

As estruturas das cadeias de valor do retalho e da produção de alimentos são cada vez mais complexas, uma vez que envolvem agentes e empresas de vários países. É nestas cadeias de fornecimento cada vez mais globalizadas que se encontram os maiores desafios em matéria de direitos humanos e de ambiente.

Os riscos que surgem aqui para o respeito pelos direitos humanos têm geralmente causas complexas e afetam todo um setor económico. Por exemplo, os riscos sociais nas áreas de segurança no trabalho, liberdade de associação, proibição de discriminação e remuneração adequada muitas vezes só podem ser combatidos com soluções sistemáticas; o mesmo se aplica às violações da proibição de trabalho infantil e forçado. Portanto, o Lidl também trabalha com governos, outras empresas, fornecedores e organizações da sociedade civil e, assim, participa ativamente na formação de um futuro digno de ser vivido na sociedade.

Ao mesmo tempo, do ponto de vista ambiental, a produção de alimentos tem sempre em conta o uso de recursos da maneira mais eficiente e ecológica possível. Por esse motivo, os métodos responsáveis de cultivo, colheita e processamento exigem uma relação equilibrada entre o aumento da produtividade, por um lado, e a proteção do solo, do ar, dos recursos hídricos e da biodiversidade, por outro, tendo em conta que existe uma população mundial cada vez mais numerosa. Por este motivo queremos alinhar cada vez mais o nosso consumo de recursos com as fronteiras planetárias e contribuir ativamente para a preservação dos ecossistemas com a nossa economia.

Nesta declaração de princípios, descrevemos as nossas abordagens para minimizar os riscos nas principais áreas de ação, incluindo as nossas obrigações e medidas concretas que implementamos.

Esclarecimentos, normas e diretrizes

Como empresa líder de comércio a retalho, consideramos que é da nossa responsabilidade respeitar os direitos humanos, proteger o ambiente e evitar possíveis perigos. A base da diligência pelos direitos humanos e pela proteção do ambiente no Lidl Portugal assenta no compromisso para com as seguintes estruturas internacionalmente reconhecidas:

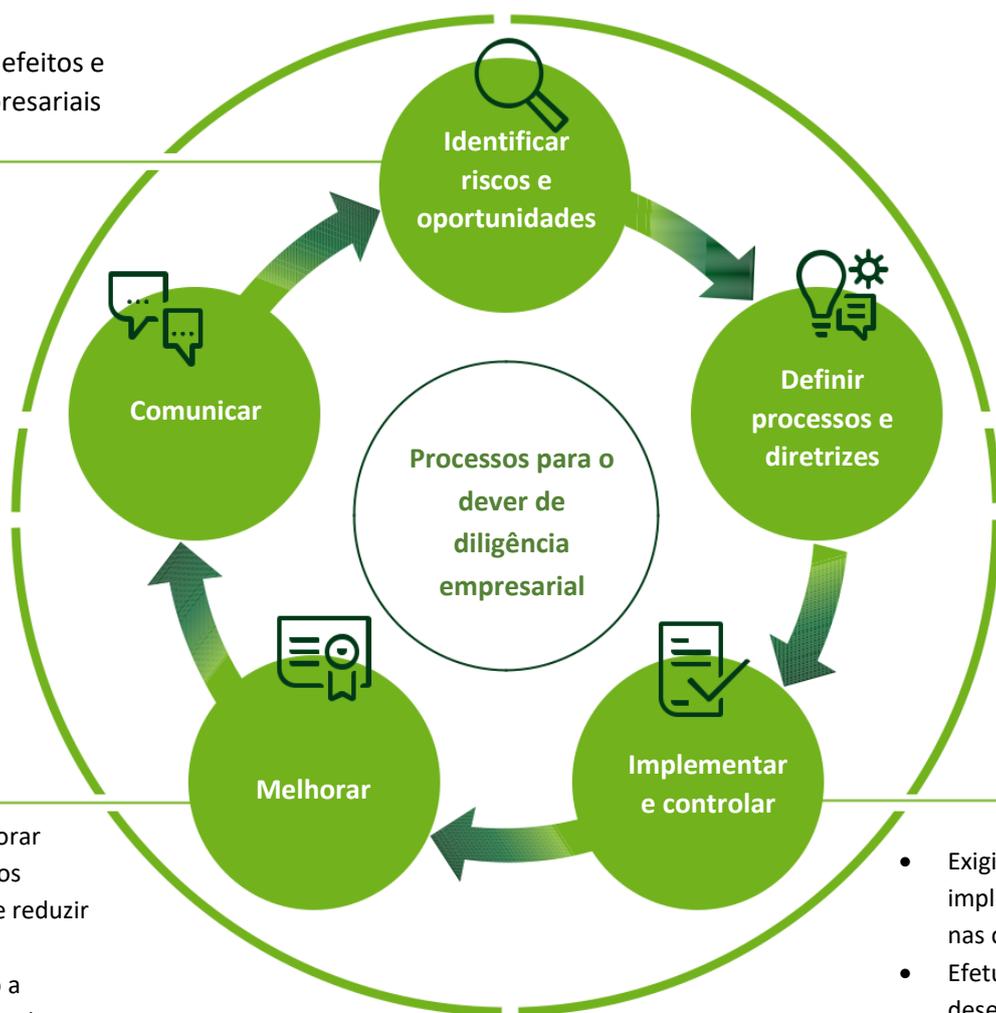
- **Declaração Universal dos Direitos do Humanos da ONU**
- **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU**
- **Convenção sobre os Direitos da Criança da ONU**
- **Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres da ONU**
- **Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos da ONU**
- **Princípios para o Empoderamento das Mulheres da ONU**
- **Convenções, normas laborais fundamentais e recomendações da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre normas laborais e sociais**
- **Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais**
- **Princípios de Daca para migração com dignidade**

Além disso, desde 2006 que o nosso Código de Conduta tem sido a base das nossas ações nos processos internos e constitui parte integrante dos contratos com os nossos parceiros comerciais diretos, aos quais exigimos que implementem, igualmente, as medidas necessárias nas suas cadeias de fornecimento a montante. Compartilhamos a responsabilidade pelas nossas cadeias de fornecimentos e os seus efeitos com todos os nossos fornecedores. Portanto, exigimos que os nossos parceiros de negócios tomem as medidas apropriadas nas suas cadeias de fornecimentos anteriores e que apliquem o Código de Conduta relativamente aos seus fornecedores. O Código de Conduta Lidl abrange questões como, a proibição do trabalho infantil e do trabalho forçado, as condições de trabalho e de remuneração, a proibição de discriminação, a liberdade de organização e de associação, a saúde e a segurança no trabalho e a proteção do ambiente. O Lidl segue uma estratégia de tolerância zero no que diz respeito à inação em casos de trabalho forçado e trabalho infantil e persegue de forma consistente possíveis violações como parte do seu dever de assistência.

3. Abordagem para a implementação dos deveres de diligência empresariais

Com a nossa abordagem de gestão, garantimos que a estratégia de responsabilidade social seja implementada de maneira estruturada e cumprida de forma consistente. Analisamos sistematicamente os potenciais riscos de violações de direitos humanos e impactos ambientais nos nossos processos de negócios e no fabrico dos nossos produtos de marca própria. As conclusões são utilizadas para definir medidas concretas, que são implementadas para evitar e minimizar, eficazmente, os impactos adversos da nossa atividade comercial.

- Realizar análises de risco
- Identificar principais oportunidades e riscos
- Identificar e avaliar efeitos e oportunidades empresariais



- Elaborar relatórios transparentes com sucessos e fracassos para grupos-alvo internos e externos

- Definir diretrizes CSR, objetivos e KPI
- Estabelecer processos auditáveis
- Garantir a mensurabilidade
- Definir papéis e responsabilidades

- Monitorizar e melhorar diretrizes e processos
- Eliminar, prevenir, e reduzir efeitos negativos
- Providenciar acesso a mecanismos eficazes de reclamação
- Reparar danos

- Exigir e monitorizar a implementação consistente nas cadeias de fornecimento
- Efetuar auditoria, avaliação e desenvolvimento de cadeias de fornecimento e agentes

Intercâmbio permanente com os nossos parceiros

3.1 Identificar riscos e oportunidades

Analizamos continuamente os riscos que surgem ou podem surgir no fabrico dos nossos produtos de marca própria nos campos de ação estratégicos de atividade identificados. Queremos tornar mensuráveis os riscos económicos, ambientais e sociais, a fim de avaliar não apenas os riscos diretos para a nossa atividade comercial, mas também os riscos nas nossas cadeias de fornecimento e implementar as medidas apropriadas.

Para avaliar e monitorizar os possíveis riscos na produção das nossas marcas próprias é utilizado um processo sistemático baseado em índices, como o Índice Global dos Direitos da ITUC ou o Índice Global de Escravidão, juntamente com dados da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e o Índice de Desempenho Ambiental. Além disso, incluímos a experiência de parceiros externos, com os quais trocamos ideias regularmente; por exemplo, obtemos a experiência de organizações da sociedade civil, sindicatos e outros especialistas. Juntamente com todos esses especialistas, identificamos obstáculos remanescentes na aplicação dos direitos humanos, incluindo a liberdade de associação.

Também queremos identificar sistematicamente possíveis riscos nas nossas cadeias de fornecimento. Para fazer isso, realizamos uma avaliação de risco adicional, de variedade cruzada. Examinamos os efeitos negativos diretos sobre os direitos humanos que os nossos negócios têm, ao mesmo tempo que consideramos riscos ambientais, como poluição da água ou emissões de gases com efeito de estufa. Estes, por sua vez, podem ter um impacto negativo nas questões de direitos humanos. A nossa análise inclui naturalmente todas as etapas da cadeia de valor, desde a extração da matéria-prima até à produção final.

Para quantificar os riscos existentes ou os efeitos reais, definimos critérios e indicadores para todos os campos de ação. Os riscos relacionados com o clima são medidos, por exemplo, pela quantidade de gases com efeito estufa emitida em toda a cadeia de fornecimento, e pelo risco de perda de biodiversidade devido à probabilidade de extinção de espécies no fabrico de produtos. Com base nos fatores e nos volumes de aquisições correspondentes, identificamos e modelamos as cadeias de fornecimento particularmente arriscadas, o nível de valor agregado em que os riscos são mais elevados para trabalhadores e pequenos agricultores e onde temos o maior impacto.

Na avaliação geral de riscos da nossa linha de marcas próprias, identificamos os seguintes riscos sociais e ambientais específicos por matéria prima:

A nossa análise de risco - matérias-primas e riscos

BANANAS

Riscos Sociais

Trabalho infantil: Brasil, Equador, Filipinas
Trabalho forçado: Índia, Indonésia
Direitos dos trabalhadores: Brasil, China, Filipinas
Discriminação: Índia, Indonésia

Riscos Ambientais

Biodiversidade: Equador, Índia
Vulnerabilidade às alterações climáticas: Índia, Filipinas

Utilização do solo e desflorestação: Brasil, Equador, Indonésia
Riscos de água: Brasil, Índia

ALGODÃO

Riscos Sociais

Trabalho infantil: Índia, Turquemenistão, Uzbequistão
Trabalho forçado: Índia, Paquistão, Uzbequistão
Direitos dos trabalhadores: Índia, Paquistão, Uzbequistão
Discriminação: Índia, Paquistão

Riscos Ambientais

Biodiversidade: Índia, Turquia, EUA
Vulnerabilidade às alterações climáticas: Índia, Paquistão, EUA
Utilização do solo e desflorestação: Brasil, China, Índia
Riscos de água: China, Índia, EUA

FLORES E PLANTAS

Riscos Sociais

Trabalho infantil: Etiópia, Quênia
Trabalho forçado: Etiópia, Quênia, Tailândia
Direitos dos trabalhadores: Etiópia, China, Malásia
Discriminação: Etiópia, Quênia

Riscos Ambientais

Biodiversidade: Etiópia, Equador, Quênia
Vulnerabilidade às alterações climáticas: Quênia, Tailândia
Utilização do solo e desflorestação: Equador, Colômbia, Malásia
Riscos de água: Etiópia, China, Quênia

PEIXE

Riscos Sociais

Trabalho infantil: Filipinas, Tailândia, Vietname
Trabalho forçado: China, Tailândia, Vietname
Direitos dos trabalhadores: Indonésia, Tailândia, Vietname
Discriminação: Marrocos, México, Indonésia

Riscos Ambientais

Biodiversidade: China, Índia, EUA
Vulnerabilidade às alterações climáticas: Índia, EUA

Utilização do solo e desflorestação: Brasil, Malásia, Vietname
Riscos de água: Chile, China, Índia

AVELÃS

Riscos Sociais

Trabalho infantil: Azerbaijão, Geórgia, Turquia
Trabalho forçado: China, Geórgia
Direitos dos trabalhadores: China, Irão, Turquia
Discriminação: Azerbaijão, Irão

Riscos Ambientais

Biodiversidade: Geórgia, Turquia, EUA
Vulnerabilidade às alterações climáticas: EUA
Utilização do solo e desflorestação: Azerbaijão, China, Geórgia
Riscos de água: Azerbaijão, China, Irão

CAFÉ

Riscos Sociais

Trabalho infantil: Etiópia, Colômbia
Trabalho forçado: Etiópia, Indonésia, Colômbia
Direitos dos trabalhadores: Brasil, Guatemala, Indonésia
Discriminação: Etiópia, Honduras, Índia

Riscos Ambientais

Biodiversidade: Indonésia, Honduras, Vietname
Vulnerabilidade às alterações climáticas: Brasil, Índia, Vietname
Utilização do solo e desflorestação: Brasil, Indonésia, Colômbia
Riscos de água: Brasil, Indonésia, Vietname

CACAU

Riscos Sociais

Trabalho infantil: Costa do Marfim, Gana, Nigéria
Trabalho forçado: Costa do Marfim, Gana, Indonésia
Direitos dos trabalhadores: Brasil, Costa do Marfim,
Discriminação: Costa do Marfim, Gana, Indonésia

Riscos Ambientais

Biodiversidade: Costa do Marfim, Gana, Indonésia
Vulnerabilidade às alterações climáticas: Rep. Dom., Nigéria

Utilização do solo e desflorestação: Brasil, Ecuador, Costa do Marfim, Gana
Riscos de água: Brasil, Gana, Nigéria

ÓLEO DE PALMA

Riscos Sociais

Trabalho infantil: Costa do Marfim, Nigéria
Trabalho forçado: Indonésia, Malásia, Tailândia
Direitos dos trabalhadores: Indonésia, Colômbia, Malásia
Discriminação: Guatemala, Indonésia, Papua Nova Guiné

Riscos Ambientais

Biodiversidade: Ecuador, Indonésia, Papua Nova Guiné
Vulnerabilidade às alterações climáticas: Indonésia, Malásia, Tailândia
Utilização do solo e desflorestação: Indonésia, Malásia, Tailândia
Riscos de água: Indonésia, Nigéria, Tailândia

ARROZ

Riscos Sociais

Trabalho infantil: Bangladesh, Índia, Vietname
Trabalho forçado: Indonésia, Tailândia, Vietname
Direitos dos trabalhadores: China, Tailândia, Vietname
Discriminação: Índia, Indonésia, Birmânia

Riscos Ambientais

Biodiversidade: China, Índia, Vietname
Vulnerabilidade às alterações climáticas: Índia, Birmânia, Vietname
Utilização do solo e desflorestação: China, Índia, Vietname
Riscos de água: China, Índia, Vietname

SOJA

Riscos Sociais

Trabalho infantil: Índia, Nigéria, Paraguai
Trabalho forçado: China, Índia, Ucrânia
Direitos dos trabalhadores: Brasil, Índia, Ucrânia
Discriminação: Bolívia, Índia

Riscos Ambientais

Biodiversidade: Argentina, China, Índia
Vulnerabilidade às alterações climáticas: Índia, Canada, EUA
Utilização do solo e desflorestação: Bolívia, Brasil, Paraguai
Riscos de água: Brasil, China, Índia

CHÁ

Riscos Sociais

Trabalho infantil: Índia, Quênia, Sri Lanka
Trabalho forçado: China, Índia, Sri Lanka
Direitos dos trabalhadores: China, Índia, Quênia
Discriminação: Índia, Quênia, Turquia

Riscos Ambientais

Biodiversidade: China, Índia, Quênia
Vulnerabilidade às alterações climáticas: Índia, Quênia, Vietname
Utilização do solo e desflorestação: China, Índia, Indonésia
Riscos de água: China, Índia, Vietname

CELULOSE

Riscos Sociais

Trabalho infantil: China, Indonésia, Rússia
Trabalho forçado: China, Indonésia, Rússia
Direitos dos trabalhadores: Brasil, China, Indonésia
Discriminação: Brasil, Indonésia

Riscos Ambientais

Biodiversidade: Indonésia, Canadá, Rússia
Vulnerabilidade às alterações climáticas: Japão, Canadá, EUA
Utilização do solo e desflorestação: Brasil, China, Indonésia
Riscos de água: Brasil, China, EUA

O gráfico mostra as matérias-primas estrategicamente mais relevantes do Lidl em termos de volume de compra. Os maiores riscos sociais e ambientais em relação a possíveis países de origem são modelados com base em índices de risco internacionais.

Identificação de riscos sociais e ambientais

Como parte da nossa abordagem de gestão, foram identificados os principais riscos para as pessoas e para o ambiente. Com base nessas conclusões, desenvolvemos medidas eficazes para minimizar ainda mais esses riscos e reportá-los continuamente como parte da nossa auditoria empresarial.

Riscos Sociais

Trabalho infantil: trabalho que priva as crianças da sua infância, de frequência escolar, do seu potencial e da sua dignidade, e que é prejudicial ao seu desenvolvimento físico e mental.

Trabalho forçado: formas de escravidão moderna e tráfico de pessoas, em que as mesmas são coagidas a trabalhar através do uso de violência ou intimidação.

Direitos dos trabalhadores: risco de incumprimento dos direitos dos trabalhadores como, por exemplo, baixos salários, excesso de horas de trabalho, questões de saúde e segurança, restrições à liberdade de associação, assédio ou abuso.

Discriminação: tratamento abusivo ou desigual, com base no sexo, na orientação sexual, na origem étnica/nacionalidade ou na religião (entre outras características).

Riscos Ambientais

Biodiversidade: perda de serviços ecossistêmicos e biodiversidade.

Clima: libertação e emissão de gases com efeito de estufa na cadeia de fornecimento.

Utilização do solo e desflorestação: conversão de terras, perda de habitat, degradação dos solos, do ar e da água.

Água doce: escassez de água e falta de acesso ao abastecimento de água, poluição da água.

3.2 Definir processos e diretrizes

A integração de requisitos e processos de responsabilidade social corporativa nos processos regulares de compra é uma componente central das nossas diligências empresariais. Esta é a única forma de assegurar e implementar com êxito as melhorias desejadas.

Quando são identificados e avaliados riscos específicos de determinadas matérias-primas, estes são discutidos com os departamentos de compras nacionais do Lidl, bem como com os fornecedores estratégicos e as ONG relevantes. O resultado desse processo de consulta é o estabelecimento de políticas de compra vinculativas para a compra e para todos os fornecedores, que podem ser consultadas no nosso site. Estes documentos são continuamente desenvolvidos e definem metas e medidas através das quais o Lidl Portugal visa evitar ou mitigar os respetivos riscos sociais e ambientais na aquisição de matérias-primas.

Os documentos são integrados como um requisito obrigatório nas nossas práticas de compra. Além disso, os nossos compradores são formados sistematicamente relativamente às metas das matérias-primas, para que sejam tidas em consideração de forma confiável ao tomarem decisões de compra.

O Lidl monitoriza consistentemente a implementação dos requisitos por todos os compradores. Além disso, promovemos um intercâmbio ativo e dialogamos com as ONG e representantes dos trabalhadores, a fim de melhorar as condições de trabalho nas nossas cadeias de fornecimento e garantir o cumprimento dos direitos humanos.



PEIXE

Desde 01.11.2016, que 100% do bacalhau seco e do bacalhau demolido ultracongelado possui certificação MSC.

Desde 2016, que temos vindo a aumentar a nossa oferta de artigos com certificação MSC ou ASC.



CHÁ

Desde final de 2018, que 100% do chá verde, preto e rooibos possui uma das seguintes certificações: Fairtrade, Rainforest Alliance, Bio ou UTZ.



ÓLEO DE PALMA

Desde 01.03.2019, que utilizamos exclusivamente óleo de palma com certificação segregado em produtos alimentares de marca própria.

Desde 01.03.2019, que convertemos o óleo de palma dos artigos de marca própria não alimentares para o modelo de certificação Mass Balance RSPO.

CACAU

Desde 01.03.2019, que 100% do cacau utilizado em todos os artigos de marca própria tem origem sustentável numa das seguintes certificações: UTZ, Rainforest Alliance, Fairtrade ou Bio.



CAFÉ

Até final de 2020, 50% da nossa gama de café de marca própria deverá ser certificada. É condição obrigatória que a matéria-prima esteja disponível no respetivo local de origem e com a devida qualidade.

CELULOSE

Até final de 2020, em todos os produtos de marca própria, as embalagens e etiquetas compostas com celulose, transitarão para material reciclado ou para fibras virgens certificadas pelo FSC.

Em casos excecionais, devido à disponibilidade limitada de matéria-prima certificada pelo FSC, também pode ser utilizado material certificado pelo PEFC.

CHÁ

Até ao final de 2020, 50% do chá de ervas e frutas deverá ter umas das seguintes certificações: Fairtrade, Rainforest Alliance, Bio ou UEBT/UTZ. É condição obrigatória que a matéria-prima esteja disponível no respetivo local de origem e com a devida qualidade.



Flores e Plantas

100% dos nossos produtos são certificados, de acordo com padrões ambientais e sociais, como GLOBALG.A.P e GLOBALG.A.P GRASP, além de outras certificações, como Fairtrade.



Frutas e Legumes

100% dos nossos produtos são certificados de acordo com padrões ambientais e sociais, como GLOBALG.A.P e GLOBALG.A.P GRASP, além de outras certificações, como Fairtrade.



Têxteis

Fazemos parte da campanha Detox do Greenpeace desde 2014 e estamos comprometidos em eliminar todos os produtos químicos perigosos da nossa produção têxtil.



Algodão

Até o final de 2025, forneceremos 100% de algodão do sortido não alimentar de fontes sustentáveis que cumpram com um dos seguintes requisitos: o Cotton Made in Africa, Organic, Global Organic Textile Standard ou Fairtrade.

3.3 Implementar e controlar

A implementação das nossas diligências empresariais é um processo dinâmico, cujo âmbito e projeto revemos e desenvolvemos continuamente com a ajuda de partes interessadas e parceiros externos (por exemplo, organizações da sociedade civil, representantes de trabalhadores).

Inicialmente, focamo-nos em reduzir ou evitar violações de direitos humanos e riscos ambientais na produção das nossas marcas próprias, uma vez que estes produtos representam a maioria das nossas vendas, para além de também sermos diretamente responsáveis por eles. Integramos o conhecimento da nossa análise da cadeia de fornecimento nos nossos processos internos e especificações de compra. Ao mesmo tempo, apoiamos os nossos parceiros comerciais com uma variedade de orientações, para permitir que desenvolvam sistemas de gestão social, que sustente uma abordagem do dever de diligência ao longo da cadeia de fornecimento. Também trazemos as nossas ideias para um design mais sustentável das cadeias de fornecimento no comércio de produtos de marca e esperamos que as exigências do setor de marca sejam tidas em consideração.

Para que possamos combater efetivamente possíveis efeitos negativos e garantir que os direitos humanos sejam respeitados nas nossas cadeias de fornecimento, todos os envolvidos devem participar. Por esse motivo queremos consciencializar todos os colaboradores e parceiros de negócios relevantes para os principais problemas definidos pelo Lidl através de formações específicas: os CSR-Managers realizam regularmente workshops internos para todos os compradores, além de formação nas cadeias de fornecimento, realizada por especialistas de organizações como Save the Children, GIZ, CARE ou Fairtrade.

No âmbito da nossa abordagem de gestão, exigimos que os nossos parceiros implementem de forma consistente todas as medidas. Isso também inclui a verificação e avaliação dos nossos fornecedores com base nos critérios de CSR, bem como a realização de auditorias independentes.

Além das certificações, também estamos ativamente comprometidos com a produção mais sustentável de matérias-primas na secção alimentar: apoiamos vários projetos que começam na origem das nossas cadeias de fornecimento e, em particular, promovemos a formação adicional de pequenos agricultores na área de práticas de agricultura sustentável.

Estamos cientes de que as mulheres são as principais trabalhadoras em muitas das nossas cadeias de fornecimento de risco e que, por várias razões, em determinados países ou setores específicos, correm particularmente risco de possíveis violações dos direitos humanos.

Por este motivo, enquanto Lidl Portugal decidimos assinar os Princípios para o Empoderamento das Mulheres da ONU (*Women's Empowerment Principles*).

Women's Empowerment Principles da ONU

Riscos significativos: Discriminação

O Lidl Portugal decidiu ser signatário dos *Women's Empowerment Principles* da ONU. Os *WEP* são uma iniciativa conjunta da ONU Mulheres e do Pacto Global da ONU. É a primeira iniciativa mundial a abordar especificamente o tópico de promover e capacitar mulheres em cadeias de fornecimento e empresas. Destina-se a empresas e corporações e compreende os sete princípios a seguir para fortalecer as mulheres nas mesmas:

1. Estabelecimento de uma cultura de gestão favorável à igualdade.
2. Tratamento justo de todos os homens e mulheres empregados.
3. Cumprimento e promoção dos direitos humanos e a não discriminação.
4. Garantir a saúde, segurança e bem-estar de todos os trabalhadores.
5. Promoção da educação, formação e desenvolvimento profissional para mulheres.
6. Promoção do empreendedorismo feminino, fortalecendo o seu papel no mercado de compras, respeitando a sua dignidade em todas as atividades de marketing.
7. Promoção da igualdade através de iniciativas comunitárias e trabalho de lobby. Medir e publicar o progresso na igualdade de género.

Congratulamo-nos com o facto de que as questões de igualdade de género que nos são importantes estão a ganhar cada vez mais importância.

Também queremos promover o papel das mulheres nas cadeias de fornecimento. E por isso um dos nossos projetos, por exemplo, na Guatemala foca-se na consolidação do papel das mulheres na produção de café, enquanto que na Bolívia o foco é na promoção do cultivo de café para pequenos agricultores no âmbito de cooperativas. Um outro projeto na Costa do Marfim é dedicado à utilização de métodos de cultivo sustentáveis na produção de cacau - só nesta campanha alcançamos 18.000 pequenos agricultores (ver também 3.3.2 Fornecimento sustentável de cacau).

Todos estes projetos visam consolidar os conhecimentos dos produtores de matérias-primas e expandir os seus conhecimentos e capacidades, para que possam gerar rendimento mais elevado e adaptar-se aos efeitos das alterações climáticas em tempo útil. Realizamos estes projetos em conjunto com parceiros reconhecidos como o Fairtrade, CARE, UTZ, RTRS e GIZ.

Estamos convencidos de que apenas em cooperação com organizações da sociedade civil, especialistas e outras empresas, poderemos alcançar melhorias efetivas e a longo prazo nas cadeias de fornecimento. É por esse motivo que trabalhamos em rede com agentes relevantes, estabelecemos parcerias com várias partes interessadas ou participamos em iniciativas existentes. Por exemplo, o Lidl é membro do conselho da RTRS, membro ativo do World Banana Forum, membro fundador do Conselho do Cacau Sustentável, faz parte do comité consultivo técnico do GLOBALG.A.P GRASP e é membro de grupos de trabalho do Acordo de Bangladesh, da iniciativa ACT e do RSPO.

Os nossos parceiros

Certificações do produto: Iniciativas com várias partes interessadas: Parceiros:

Outro elemento essencial da nossa abordagem são os controlos independentes, por exemplo, as auditorias sociais ou as nossas certificações. Reconhecemos as limitações das auditorias sociais como único meio para melhorar as condições de trabalho ou detetar violações ocultas, como a proibição do trabalho forçado.

No entanto, estes controlos de institutos independentes são um meio importante para descobrir possíveis indicadores de risco e examinar especificamente a situação na cadeia de fornecimento. Por exemplo, realizamos auditorias sociais SEDEX baseadas no risco existente na cadeia de fornecimento do nosso setor alimentar, a fim de monitorizar as condições de trabalho e, assim, melhorá-las continuamente. Como parte das auditorias, algumas das quais duram vários dias, os auditores independentes avaliam no local se estão a ser cumpridos os regulamentos sobre proteção da saúde, horário de trabalho estatutário, direitos dos trabalhadores e outros requisitos.

No que respeita aos nossos fornecedores de frutas e legumes, trabalhamos com a GLOBALG.A.P GRASP. A avaliação por auditores externos permite-nos avaliar todos os nossos agricultores usando indicadores sociais básicos.

No setor não-alimentar, revemos regularmente os padrões de direitos humanos e realizamos anualmente auditorias sociais independentes da BSCI para todos os fabricantes de marcas próprias em países produtores fora da Europa. Avaliamos sistematicamente os resultados dessas auditorias e, com base nisso, tomamos a nossa decisão de compra.

Obviamente, também comunicamos as nossas expectativas aos nossos fornecedores nesta linha de negócios: nas políticas direcionadas, solicitamos entre outras coisas que previnam proactivamente o trabalho infantil e forçado, por exemplo, no nosso Policy Responsible Recruitment.

Além disso, também estamos envolvidos no negócio não-alimentar através de vários projetos e medidas de apoio para enfrentar os desafios ambientais e sociais, particularmente na produção têxtil: baixos padrões de trabalho e ambientais e elevado consumo de matérias-primas, produtos químicos, energia e água.

De 2009 a 2019, juntamente com o nosso parceiro GIZ, realizámos projetos de financiamento intensivos para cerca de 200 fornecedores no Bangladesh e na China, nos quais foram comunicados padrões ambientais, de trabalho e de segurança. Isso permitiu-nos, entre outros, alcançar objetivos da campanha Greenpeace Detox, com a qual o Lidl se comprometeu em 2014. A fim de alcançar melhores padrões de segurança e proteção contra incêndios a longo prazo para os fabricantes de têxteis no importante país produtor Bangladesh, o Lidl assinou o acordo internacional de proteção contra incêndios e segurança na construção civil, o chamado Bangladesh Accord on Fire and Building Safety. Além disso, também trabalhamos diretamente no produto e na matéria-prima para melhorar os efeitos ambientais e sociais: com a nossa coleção Cradle-to-Cradle, o Lidl trouxe desenvolvimentos para o ciclo biológico, nomeadamente, produtos têxteis totalmente degradáveis para o mercado, promovendo a economia circular dos mesmos.

O Lidl esforça-se para trabalhar com os seus parceiros de negócios para melhorar a situação no caso de violações das leis de trabalho nas cadeias de fornecimento. Um relacionamento comercial só cessará devido a violações dos direitos humanos se todas as outras opções tiverem sido consideradas. Para entender melhor os efeitos das violações de direitos humanos nas nossas cadeias de fornecimento, realizamos três estudos de compatibilidade social, as chamadas Human Rights Impact Assessments, além das auditorias sociais, que também publicamos.

Nas páginas seguintes, apresentamos uma seleção de estudos de casos específicos e explicamos as medidas que tomamos nas cadeias de fornecimento afetadas, com base nos riscos identificados.

3.3.1 Salários e rendimentos dignos

Riscos significativos: Discriminação, salários baixos

O Lidl reconhece como um direito humano básico um salário digno, ou seja, um salário suficiente. Essa é a única forma de os trabalhadores alcançarem um padrão de vida decente para si e para as suas famílias. No entanto, centenas de milhões de pessoas em todo o mundo continuam a viver em pobreza. Frequentemente, essas pessoas recebem salários ou rendimentos demasiado baixos para se conseguirem sustentar. Os agricultores de países emergentes e em desenvolvimento dificilmente conseguem ganhar a vida com o seu trabalho, apesar de darem um importante contributo ao valor agregado global.

É considerado um salário digno, um rendimento que providencie a subsistência, que deve abranger comida, água, habitação, educação, assistência médica, transporte, roupas e outras necessidades básicas, incluindo poupanças para momentos inesperados.

Já em 2006, com o seu Código de Conduta o Lidl comprometeu-se claramente com a meta de garantir melhores salários, por exemplo, através dos nossos produtos certificados Fairtrade.

O desafio mais importante permanece: como podemos trabalhar em conjunto com outros agentes para ajudar mais pessoas nas nossas cadeias de fornecimento a ganhar um salário ou rendimento digno? Para esse fim, o Lidl e outras empresas assumiram um compromisso voluntário de garantir salários e rendimentos dignos. Juntos, comprometemo-nos com as seguintes atividades principais e formamos os nossos parceiros e compradores no que diz respeito à sua implementação:

- **Promover a aceitação ao nível da empresa**

Garantimos que todos os envolvidos na nossa empresa desenvolvam uma compreensão da urgência dos salários e rendimentos dignos.

- **Consolidar as diretrizes de sustentabilidade**

O objetivo das nossas próprias diretrizes é impor salários e rendimentos dignos nas nossas cadeias de fornecimento globais. Já nos posicionamos claramente relativamente a este assunto no nosso Código de Conduta desde 2006.





- **Aumentar a transparência nas cadeias de fornecimento**

Queremos criar mais transparência para que possamos avaliar melhor o impacto dos nossos produtos de marca própria sobre os salários e rendimentos. Para obter mais informações sobre os nossos planos concretos para maior transparência, consulte o ponto 3.5 Comunicar resultados (os nossos compromissos).

- **Identificar riscos**

Desenvolveremos uma compreensão ainda melhor das matérias-primas, das regiões de compra e das estruturas das cadeias de fornecimento que representam um risco particularmente elevado de os produtores obterem baixos rendimentos.

No âmbito da nossa parceria na Fruit Juice Platform, atualmente estamos a apoiar um estudo no Brasil que deverá determinar as diferenças de rendimento e salário no cultivo de laranjas.

- **Determinar e reduzir as diferenças de rendimento e salário**

Realizamos análises das diferenças de rendimentos e salários ao nível do produtor nas nossas cadeias de fornecimento globais de alto risco.

Com o desenvolvimento do chocolate WayToGo, o Lidl contribui diretamente para um rendimento mais elevado dos produtores de cacau do Gana. O rendimento dos produtores de cacau no Gana em 2018 correspondia apenas a 52% de um rendimento considerado um salário digno. Como parte da parceria com o Fairtrade, a cooperativa de agricultores Kuapa Kokoo e a ONG Rikolto, o Lidl no Gana, paga um prémio por cada tonelada de cacau usada no chocolate WayToGo que excede o prémio do Fairtrade. Esse dinheiro será direcionado para projetos que melhoram de forma sustentável e adicional a situação de rendimento dos pequenos agricultores. O nosso projeto alcançará 440 pequenos agricultores no primeiro ano - um quarto dos quais são mulheres.

- **Promover práticas de compra responsáveis**

Analisamos as consequências de salários reduzidos e disparidades salariais nas cadeias de fornecimento com risco. Com base nos resultados, iremos desenvolver práticas de compra responsáveis e estratégias de implementação em estreita cooperação com os nossos compradores e fornecedores.



O Lidl é o primeiro retalhista alemão a juntar-se à iniciativa Action Collaboration Transformation. Esta iniciativa é o primeiro acordo global entre marcas, retalhistas e sindicatos para garantir um salário digno para os trabalhadores no nível da indústria do têxtil. Os salários negociados neste contexto são suportados por práticas de compra responsáveis das empresas participantes. O ACT também desenvolveu um mecanismo para avaliar o impacto da iniciativa: os fabricantes de têxteis e os representantes dos trabalhadores avaliam a eficácia com que as empresas implementam as suas obrigações e possibilitam salários correspondentemente mais altos. Os primeiros países em foco no ACT são o Camboja, a Birmânia, o Bangladesh e a Turquia.

- **Avaliar o impacto**

Identificamos e testamos métodos com os quais os efeitos da nossa abordagem sobre o rendimento e os salários dos produtores podem ser efetivamente analisados e avaliados



3.3.2 Fornecimento sustentável de cacau

Riscos significativos: Trabalho infantil, trabalho forçado, baixos salários, alterações climáticas, perda de biodiversidade, desflorestação

O cacau é uma matéria-prima importante para o nosso sortido. A nossa análise de risco mostra que existem direitos humanos e riscos ambientais na sua cadeia de fornecimento - especialmente quando se trata de cultivo. Nos principais países em desenvolvimento da África Ocidental, a produção de cacau é frequentemente associada a violações dos direitos humanos, como trabalho infantil, trabalho forçado e remuneração injusta abaixo do nível de subsistência. Além disso, as flutuações dos preços põem em risco o rendimento dos pequenos agricultores, que produzem 90% da colheita mundial de cacau. Os riscos ambientais estão na desflorestação de florestas tropicais e outras alterações na utilização da terra. Na África Ocidental, a área cultivada com cacau aumentou mais de 107% entre 1961 e 2011 e esta é uma das principais razões para a perda de área florestal tropical nessa região. A desflorestação leva a elevadas emissões de gases com efeito estufa e, como tal, põe em risco não apenas a funcionalidade dos ecossistemas, mas também a subsistência da população local.

Para combater estes efeitos na cadeia de fornecimento de cacau, primeiro exigimos que os nossos fornecedores cumpram com o Código de Conduta Lidl. Também confiamos na compra de cacau de cultivo certificado, por exemplo, de acordo com os princípios do Fairtrade. Isso garante melhores preços para as famílias de pequenos agricultores e condições de trabalho decentes para os trabalhadores nas plantações, nos países em desenvolvimento e emergentes. Simultaneamente, é dada atenção à proteção de florestas e ecossistemas ao cultivar de acordo com os princípios do Fairtrade. Desde Março de 2019 que 100% do cacau do Lidl Portugal é certificado para toda a gama de marcas próprias.

O Lidl Portugal também oferece cacau certificado orgânico da agricultura biológica. Isso ajuda a proteger o clima e os ecossistemas próximos.

A fim de promover ativamente o cultivo ambiental e socialmente responsável, o Lidl financiou o estabelecimento de um centro de formação para produtores de cacau e pequenos agricultores de cacau, juntamente com o GIZ na Costa do Marfim, de 2012 a 2019. Os cursos de formação e educação contínua sobre métodos de cultivo sustentáveis e lucrativos alcançaram 18.000 agricultores.





A situação de rendimento dos pequenos agricultores continua a ser um desafio. Em 2019, o Lidl foi o primeiro retalhista do mundo a lançar uma gama de artigos com a sua marca própria com o projeto WayToGo, a fim de ter um impacto direto no aumento do rendimento dos produtores de cacau no Gana. Para esse fim, o Lidl fez parceria com o Fairtrade, a cooperativa Kuapa Kokoo e a ONG Rikolto. O projeto visa melhorar a situação salarial dos produtores de cacau do Gana: o Lidl paga um prémio adicional do Fairtrade, que serve para aumentar o rendimento. O importante neste projeto, é que a origem do cacau pode ser identificada individualmente - até as cooperativas de cultivo no Gana que produzem o cacau para a barra de chocolate com certificação Fairtrade. Nós e os nossos parceiros de negócios visitamos essas cooperativas e tivemos uma visão mais profunda do seu trabalho.

O nosso chocolate WayToGo já está à venda na Bélgica e na Holanda e no futuro será oferecido pelo Lidl em todos os países europeus, inclusivamente em Portugal. Com o projeto, estamos novamente a reforçar o nosso compromisso com o Fairtrade.

Mais informações sobre os nossos esforços na cadeia de fornecimento de cacau estão resumidas na nossa Política de Compras para uma compra mais sustentável de cacau disponível no nosso site.



3.3.3 Fornecimento sustentável de peixe

Riscos significativos: Trabalho forçado, desperdício de recursos, perda de biodiversidade

A nossa análise de risco mostrou que a proteção dos stocks de peixe e o apoio a trabalhadores vulneráveis são de importância vital no setor pesqueiro. Os oceanos estabilizam o clima e são um habitat para inúmeras espécies de animais e plantas. O peixe é uma importante fonte de alimento para milhões de pessoas, e é até a fonte mais importante de proteína em muitos países em desenvolvimento. No entanto, de acordo com a Organização Mundial das Nações Unidas para a Alimentação (FAO) 33% do stock de peixe utilizado comercialmente resulta da sobrepesca (em julho de 2018). A sobrepesca não ameaça apenas a base alimentar de milhões de pessoas, como coloca também em risco a biodiversidade.

O Lidl está ativamente comprometido em ser mais responsável com os produtos marinhos e o peixe. Portanto, temos muito cuidado para preservar e proteger os ecossistemas marinhos do mundo. Também estabelecemos uma meta vinculativa para proteger as pessoas e os direitos dos trabalhadores que fabricam esses produtos.

O selo MSC (Marine Stewardship Council) garante que os stocks de peixe permanecem num nível sustentável. Um dos critérios desta certificação é o uso responsável dos métodos de pesca, para minimizar as capturas acessórias e, assim, preservar o habitat de peixes e outros animais marinhos a longo prazo. Além disso, o padrão MSC garante que todos os fornecedores são verificados relativamente às suas políticas sobre trabalho forçado e infantil. Em 2016, o Lidl Portugal foi pioneiro ao certificar com o selo MSC 100% do seu bacalhau, sendo atualmente a única empresa de retalho a oferecer 100% de bacalhau MSC. A certificação ASC (Aquaculture Stewardship Council) identifica peixes e frutos do mar de culturas de peixe que usam práticas responsáveis de criação para minimizar o impacto nos seres humanos e no ambiente. O Lidl promove estas organizações, mas ao mesmo tempo exige que elas continuem a desenvolver-se. Portanto, congratulamo-nos particularmente com o facto de o MSC em 2020 tornar obrigatória a implementação de auditorias sociais (SMETA, BSCI ou SA8000) em países de alto risco para todos os detentores de certificados do MSC.

O Lidl distancia-se da pesca ilegal, não declarada e não regulamentada (INN), bem como dos métodos de pesca ilegal. O Lidl exige dos seus fornecedores que os produtos possam ser rastreados ao longo de toda a cadeia de fornecimento. Os fornecedores devem, portanto, recorrer a procedimentos de baixo risco e abdicar do uso de matérias-primas provenientes da pesca INN. Poderá encontrar mais informações sobre este assunto na nossa Política de Compras relativa à aquisição sustentável de peixe.



3.3.4 Bananas com Certificação Socioambiental

Riscos significativos: salários baixos, discriminação, direitos dos trabalhadores, alterações climáticas, consumo de água

A banana é a fruta fresca mais consumida no mundo. No entanto, o cultivo convencional da banana apresenta riscos ambientais consideráveis, tais como a perda de biodiversidade e a extrema redução na variedade de bananas comercializadas. Os riscos sociais consistem em violações das leis de trabalho e salários baixos para os trabalhadores nas plantações.

As bananas são um produto importante para os nossos clientes. Por esta razão, é importante para nós e para aqueles que trabalham em toda a cadeia de fornecimento, que as bananas tenham origem de uma fonte, que promova a produção sustentável, que melhore as condições de trabalho e que enfrente desafios sociais mais amplos. As quintas com certificação Rainforest Alliance e Fairtrade estão a alterar o modo de produção das bananas com o apoio de compradores e consumidores responsáveis que, pagando um preço justo, contribuem para o uso sustentável dos recursos naturais e permitem a dignidade dos agricultores.

O comércio justo afeta toda a cadeia de valor e todos os setores de produção dos países de origem. A certificação requer padrões sociais, ambientais, económicos e políticos nas plantações e junto dos produtores de bananas. Estes incluem, entre outros, uma abordagem gradual dos salários que garantem a subsistência, o cumprimento da saúde e segurança no trabalho ou uma agricultura sustentável. Através do pagamento de um prémio Fairtrade toda a comunidade é beneficiada: tal permitirá o financiamento de programas de formação para os trabalhadores de plantações e a construção de escolas para crianças, bem como o desenvolvimento de infraestruturas.

3.4 Melhorar

Monitorizamos e revemos continuamente a eficácia das nossas medidas e melhoramo-las de acordo com as necessidades e a realidade. A constante interação com as nossas partes interessadas, bem como a experiência dos nossos parceiros, fornecedores e ONG ajudam-nos. Além disso, a nossa gestão de compras acompanha esse processo através de monitorização e relatórios regulares. Os resultados desse diálogo continuam a ser incorporados na implementação das nossas diligências empresariais.

O funcionamento dos mecanismos de reclamação e as medidas corretivas desempenham um papel importante nesta implementação: quem quer que tenha testemunhado possíveis violações dos direitos humanos, ou seja diretamente afetado por elas, deve ter acesso a um ponto de contacto apropriado. Acreditamos que uma gestão eficaz das reclamações pode ajudar na identificação de problemas numa fase inicial e identificar violações dos direitos humanos. Assim, o Lidl guia-se pelos Princípios Fundamentais para os Direitos Económicos e Humanos das Nações Unidas (UNGP) e conta com um processo de reclamação legítimo, de livre acesso, legal, transparente, compreensível e equilibrado. Este mesmo processo é baseado no intercâmbio e no diálogo, sendo simultaneamente uma ferramenta de aprendizagem contínua para nós. Estes mecanismos de reclamação fazem parte do nosso Código de Conduta.

O Lidl Portugal criou um sistema de relatórios online que permite denunciar violações sociais e ambientais. Todas as informações recebidas por este meio são tratadas de forma independente. O sistema de reporte é uma aplicação online, acessível a partir de qualquer dispositivo com acesso à internet: [plataforma online de denúncia](#).

O Lidl Portugal introduzirá mecanismos adicionais e específicos de reclamação para cadeias de fornecimento de elevado risco. Por exemplo, o Lidl é um membro ativo do grupo de trabalho do Acordo do Bangladesh, dedicado ao desenvolvimento de um mecanismo de reclamações apropriado para os trabalhadores têxteis do Bangladesh.

3.5 Comunicar resultados

No nosso relatório de sustentabilidade comprometemo-nos a fornecer informação contínua e abrangente sobre desafios, progressos e últimas descobertas aos grupos internos e externos. Como parte do nosso relatório transparente e completo, comprometemo-nos com:

- Realização de análises de risco regulares a todas cadeias de fornecimento do nosso sortido. Avaliaremos continuamente os resultados, que serão divulgados a partir de 2020, e iremos também discuti-los anualmente com as nossas partes interessadas.
- Em 2020, vamos trabalhar numa abordagem que permita garantir os meios de subsistência e promover salários dignos nas nossas cadeias globais de fornecimento, reduzindo progressivamente as diferenças salariais. Já tomamos medidas para tal nas seguintes cadeias de fornecimento:
 - Cadeia de fornecimento de laranjas no Brasil (no âmbito da Plataforma de Sumos CSR)
 - Cadeia de fornecimento de cacau no Gana (no âmbito do projeto WayToGo)
 - Cadeia de fornecimento de bananas no Equador (no âmbito da parceria Fairtrade)
 - Cadeia de fornecimento têxtil no Camboja, na Birmânia, Bangladesh e na Turquia (no âmbito da iniciativa ACT)
- Além destes grandes projetos, implementamos continuamente programas de apoio direto às mulheres, pequenos agricultores e demais colaboradores afetos às cadeias de fornecimento prioritárias e melhoramos as suas hipóteses de garantir um salário digno. Para tal, queremos promover o desenvolvimento de um "Living Wage".
- A partir de maio de 2020 iremos aumentar a transparência das nossas cadeias de fornecimento e forneceremos mais informações sobre os nossos fornecedores dos países de Nível 1, o que inclui os nomes e endereços dos fabricantes de produtos não alimentares da nossa marca própria.
- Até ao final de 2021, iremos realizar três avaliações de impacto social, denominadas Avaliações de Impacto nos Direitos Humanos, nas nossas cadeias de fornecimento de alto risco. O foco está no impacto que as nossas atividades empresariais têm sobre os riscos dos direitos humanos, que afetam particularmente as mulheres, pequenos agricultores e demais colaboradores. Começamos com estudos sobre chá no Quênia, bananas na América do Sul e bagas em Espanha. Como parte desse processo,

trabalharemos com as partes interessadas, incluindo organizações da sociedade civil, representantes dos colaboradores e comunidades. Divulgaremos os resultados dos planos de ação nesta matéria.

- A partir de 2021 vamos executar a referida avaliação três vezes por ano (até 2025). Iremos rever continuamente a nossa abordagem e desenvolvê-la ainda mais, recorrendo a métodos globalmente reconhecidos.
- Planeamos fornecer um fácil acesso a mecanismos de reclamação transparentes e ações de correção eficazes de cadeias de fornecimento vulneráveis até ao final de 2021.
- Até ao final de 2021, iremos publicar a posição da empresa em relação à igualdade de género na cadeia de fornecimento.

4. Organização e responsabilidades

As responsabilidades pelas devidas diligências empresariais são atribuídas à Administração do Lidl Portugal. Dentro da organização nacional, o departamento de compras é responsável pela sua implementação. Existe um intercâmbio regular entre os departamentos especializados dos países, incluindo peritos externos, que aconselham a empresa sobre o desenvolvimento contínuo e definição de medidas e objetivos para a implementação das devidas diligências empresariais.

